

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: *11*

Data: *7 de fevereiro de 1978*

Pg.: _____

Carajás, um adiamento estratégico

Após uma verdadeira novela de desmentidos e confirmações surgidos de várias áreas do governo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico deu por encerrado o debate, adiando pelo menos por mais quatro anos a execução do projeto de Carajás, que implicaria investimentos de 2 a 3,5 bilhões de dólares, dependendo das metas de produção a serem fixadas. Sensatamente, o CDE decidiu aprovar apenas a construção das obras preliminares de infraestrutura, que visam o desenvolvimento da baixada maranhense e, futuramente, permitirão a execução do projeto de Carajás, quando a conjuntura internacional o tornar economicamente viável. No momento, apesar de algumas pressões para que arcássemos sozinhos com o empreendimento, os recursos escassos disponíveis serão aplicados em áreas prioritárias, até mesmo na Amazônia, não se abandonando, porém, a idéia do projeto. A

posição assumida pelo CDE é absolutamente coerente com a política de racionalização de investimentos posta em prática pelo governo, infelizmente com algum atraso.

O desinteresse mostrado pelos sócios estrangeiros em aplicar tanto na produção de minério de ferro quanto na construção da usina siderúrgica de Itaquí se explica pelo saturamento dos mercados internacionais que não mostram, pelo menos a médio prazo, perspectivas de recuperação. Evidentemente, seria do mais alto interesse para o Brasil desenvolver aquela área cortada pela Transamazônica. Entretanto, desta vez venceu o bom senso e a racionalidade, que não haviam impressionado os nossos governantes quando da construção da estrada. Poderíamos, num gesto de falso orgulho patriótico, como chegou a ser esboçado, afirmar aos sócios estrangeiros que a CVRD arcaria sozinha com o projeto, mas cer-

tamente teríamos que reconhecer o erro talvez tarde demais, com prejuízos sensíveis para a economia nacional.

Adiando o projeto de Carajás, preparando apenas as obras de infraestrutura que irão atender a toda a região maranhense, e tornando-o viável no futuro, poderemos prosseguir nos trabalhos de pesquisa daquela área onde parece existir não apenas minério de ferro, mas outras riquezas que poderão justificar, talvez em curto prazo, novos investimentos na região. Se tivéssemos agido com essa racionalidade em outros casos — e a construção da Ferrovia do Aço, iniciada sem projeto, parece ser um deles —, certamente teríamos poupado recursos escassos. Não há dúvida que a notícia do adiamento de Carajás trouxe uma certa desilusão, pois o projeto vinha sendo apresentado como uma das grandes obras nacionais, uma das maiores realizações do atual governo.

Iríamos arrancar da selva amazônica o minério precioso e transformar uma região deserta num verdadeiro pólo dinâmico de desenvolvimento econômico. As circunstâncias, porém, alteraram as expectativas e, se o desencanto é grande, deve-se, apenas, ao excesso de propaganda feita em torno do empreendimento — que levou inclusive o nosso ministro das Minas e Energia ao Japão e à Europa, em busca de investimentos. Há algum tempo já se previa a iminência de seu adiamento, diante da evolução da conjuntura internacional dos mercados siderúrgico e de minério de ferro.

Felizmente, o CDE impôs a decisão mais acertada e racional. O preço que pagaremos pela desilusão será facilmente compensado pela certeza de que, sobre discutíveis sentimentos de brio, predominou o interesse nacional.